

# **Patrimônio vivo: discursos, políticas e práticas no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)<sup>1</sup>**

Abigail Vale Rocha (UFMA/MA)

**Palavras-chave:** Patrimônio, contra-usos; transformações.

## **Introdução**

Como se faz um conserto de uma porta com mais de duzentos anos? Como se acomoda uma família, ou um conjunto delas, em um casarão com características do século XVIII? Como se renova a estrutura de um bar em um imóvel tombado? Como se vive em uma área considerada abandonada? Essas indagações, além de demandas concretas do cotidiano de um conjunto de pessoas que residem e trabalham no Centro Histórico de São Luís, cidade do nordeste brasileiro, apontam para formas de apropriação e adaptação contínua de edificações consideradas patrimônio material. Elas evidenciam como os espaços patrimoniais são vividos em meio a tensões que remetem a diferentes perspectivas de “transformação”, “preservação” e “uso” dos lugares.

Partindo dessa questão, este artigo analisa as práticas e os usos sociais que reconfiguram o Centro Histórico de São Luís, espaço reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial, pela Unesco, desde 1997<sup>2</sup>. A pesquisa que embasa esta escrita considera tanto a dimensão material do patrimônio - ou seja, os casarões, o traçado de ruas e praças de origem lusitana - quanto a dimensão social, configurada a partir das interações cotidianas, e também presente nas narrativas de moradores e trabalhadores dessa região da cidade, em eventos institucionais e em discursos da mídia local. Pretendo, assim, compreender a experiência ordinária de habitar, ocupar e viver em um contexto considerado patrimônio.

São Luís, capital do Maranhão, tem pouco mais de um milhão de habitantes e está localizada na transição entre o Norte e o Nordeste do Brasil. Seu Centro Histórico é formado por 11 bairros, com um conjunto de construções de herança portuguesa, erguidas principalmente nos séculos XVIII e XIX. Ao longo do tempo, esse conjunto foi

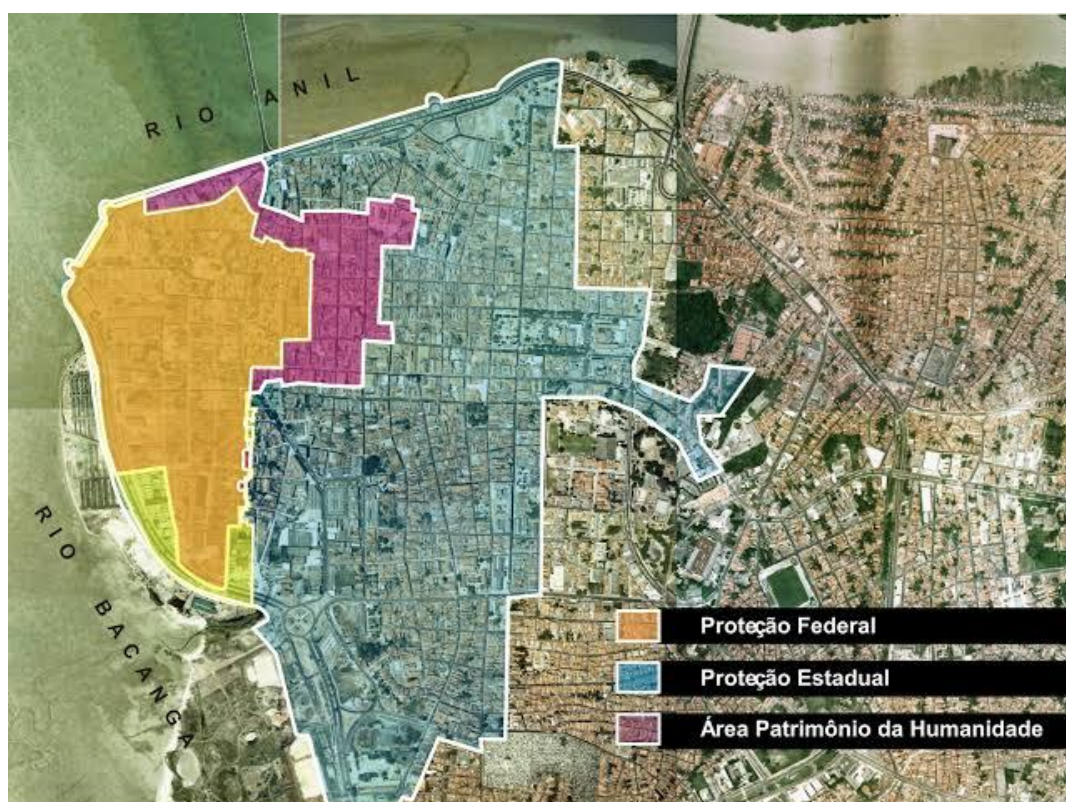
---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

<sup>2</sup> Este artigo é resultado da minha dissertação de mestrado, desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e defendida em março de 2025.

delimitado por diferentes processos de tombamento, com preservação compartilhada entre as esferas federal e estadual. Segundo o “Manual do Centro Histórico: São Luís, Patrimônio Mundial” (2024), o tombamento federal, de 1974, abrange 1.357 imóveis, enquanto o estadual, de 1986, inclui 4.620 imóveis em cerca de 220 hectares. O perímetro reconhecido pela Unesco em 1997 é quase coincidente com o tombamento federal, como mostra a imagem a seguir.

**Figura 1 - Mapa da área de tombamento do Centro Histórico**



Fonte: Iphan/MA (2010)

As considerações apresentadas neste texto resultam de uma pesquisa etnográfica realizada neste contexto, nos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. O trabalho de campo ocorreu principalmente entre 2023 e 2024, durante o período de meu mestrado, mas se vincula a inquietações que foram desenvolvidas desde minha graduação. Compreendida como uma etnografia, a pesquisa esteve voltada à descrição detalhada e à análise das informações compartilhadas com os interlocutores, a partir do esforço de realizar uma interpretação capaz de apreender a complexidade dos significados que atribuíam àquilo que viviam (Leach, 1996; Wagner, 2010; Fonseca, 2006 e Peirano, 2014).

A metodologia combinou observação direta, participação em eventos públicos, produção de registros audiovisuais, conversas e entrevistas com moradores, trabalhadores e lideranças comunitárias. A abordagem etnográfica permitiu a imersão no cotidiano dos bairros, possibilitando a observação das dinâmicas sociais, das práticas de cuidado com os casarões e das redes de troca. A experiência de morar por um mês no Centro Histórico foi fundamental para uma aproximação mais direta com a realidade local, ampliando a compreensão das relações de convivência e das práticas culturais da região. A pesquisa de campo durou cerca de 12 meses, em diferentes intensidades, incluindo trabalho empírico e pesquisa em jornais e redes sociais.

Foram, nesse sentido, analisadas matérias de dois jornais locais - O Imparcial e O Estado do Maranhão - publicadas entre 2015 e 2021<sup>3</sup>. Paralelamente ao trabalho de campo, acompanhei continuamente esse contexto por meio de jornais *online*, programas da televisão local e redes sociais<sup>4</sup>, especialmente páginas no *Instagram* voltadas a projetos e iniciativas relacionadas ao Centro Histórico. Esse acompanhamento permitiu observar a recorrência de narrativas midiáticas que enfatizavam a “destruição”, a “violência” e as “ameaças”, reforçando estigmas sobre os bairros. As discussões nas redes sociais, por sua vez, contribuíram para aprofundar a análise das percepções públicas sobre a região, especialmente em torno das ideias de “proteção” e “perda” do patrimônio.

Este artigo se organiza em quatro partes. A primeira discute alguns pressupostos teóricos desta análise, à luz da construção dos problemas aos quais me dedico no artigo: por um lado, a ideia do Centro como degradado, abandonado e vazio; e, por outro, a atualização cotidiana do patrimônio, realizada por seus moradores e trabalhadores. Na segunda parte, convido a leitora e o leitor para caminharem pela região comigo, observando os índices de sua ocupação (as músicas, os enfeites nas portas, as crianças nas calçadas) e as práticas de transformação, como as reformas. Na sequência, trago uma situação específica de alteração no espaço de um bar, para falar sobre a materialização das preocupações relativas ao patrimônio. Na última parte, inverte os sentidos de vazio e abandono, para entendê-los como atos intencionais que buscam reduzir a vida no espaço, trazendo consigo outras perspectivas de patrimônio.

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o perfil dos jornais consultados e sua história, ver Rocha, 2022.

<sup>4</sup> Acompanhei, especialmente em 2024, vídeos nas redes sociais e em telejornais locais que denunciavam o estado de deterioração de diferentes espaços do Centro. No mesmo período, passei a integrar um grupo de *WhatsApp* voltado à defesa do patrimônio histórico da área..

## **Diálogos para a construção de um problema de pesquisa**

As discussões antropológicas acerca do patrimônio evidenciam que essa não é uma categoria fixa ou neutra, mas um campo de disputas simbólicas e políticas. Como discute Izabela Tamaso (2005), a ampliação de seu uso não ocorre de forma homogênea nem isenta de conflitos. Ao contrário, o aumento do interesse pelo patrimônio convive com desigualdades na forma como os espaços são definidos, valorizados e apropriados. A mobilização da categoria, portanto, não produz apenas efeitos positivos. Em diálogo com autores como Featherstone (1995), Harvey (1992) e Leite (2001), Tamaso indica que o reconhecimento do valor histórico e arquitetônico de determinados espaços pode desencadear processos de gentrificação, marcados pela valorização imobiliária e pela substituição de populações locais. É nesse cenário que, como argumenta Laurajane Smith (2023), o patrimônio se configura também como um campo atravessado por um “discurso autorizado”, que tende a privilegiar certos valores e a reforçar formas institucionalizadas de autoridade.

Ainda que não seja o único modo de entender o patrimônio, esse discurso tende a se impor sobre outras formas de relação com os espaços, fazendo com que usos e presenças cotidianas sejam desvalorizados ou vistos como inadequados, o que contribui para a exclusão de certos grupos dos espaços patrimonializados. Essa predominância não ocorre de forma espontânea, mas é produzida e legitimada por instâncias articuladas. Como sugerem Mónica Rotman e Alicia Castells (2007), os campos científicos e os organismos políticos, envolvidos na construção do patrimônio, integram um mesmo processo de produção de significados. Nele, definem-se os critérios do que deve ser preservado, dos quais derivam diretrizes, normas e ações de “preservação” e “controle” de espaços, artefatos e manifestações classificados como patrimoniais.

Essas disputas não se restringem ao plano discursivo sobre o patrimônio, mas se expressam de forma concreta em práticas de intervenção. Pesquisas etnográficas mostram como elas instauram hierarquias na percepção e organização do território. O trabalho de Anelise Gutterres (2016) sobre a Zona Portuária do Rio de Janeiro ilustra como “enquadramentos” e “desenquadres” de reformas urbanas expõem práticas estatais na configuração de territórios vulneráveis, ligados à formação do Estado-nação brasileiro e suas lógicas de cidadania. A autora mostra como “rumor” e “terror” operam como recursos narrativos que sustentam a gentrificação, criando a ideia de “vazios urbanos”.

Assim, narrativas de “vazio”, “ruínas” e “hostilidade” constroem uma imagem de degradação que legitima um pretense “enobrecimento urbano” nesses espaços.

No contexto do Centro Histórico de São Luís, a noção de “degradação” aparece com frequência, em contraste com o modelo institucional de “preservação” do patrimônio que orienta a atuação do Estado no local (Ahlert e Bezerra, 2024; Vale Rocha, 2025; Mendes, 2026). Nas matérias dos jornais, o Centro Histórico é descrito como um espaço em “ruínas”, associado ao risco de desabamento, com casarões danificados, telhados comprometidos, grades corroídas e vegetação. Essas narrativas também vinculam a deterioração e o abandono a grupos específicos, como pessoas em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas, reforçando uma leitura seletiva e moralizada da ocupação. Ao retratar o Centro Histórico como “ruínas”, “vazio” e “perigo”, a mídia local invisibiliza práticas cotidianas e estigmatiza seus habitantes (Ahlert e Bezerra, 2024).

Uma matéria do Jornal O Estado do Maranhão, por exemplo, além de registrar as condições de fragilidade dos casarões por falta de preservação, afirmou que “muitas dessas ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas”, reproduzindo a associação automática entre espaços degradados e criminalidade:

Casarões históricos do Centro estão abandonados: muitos dos casarões do Centro Histórico da cidade, principalmente aqueles localizados no bairro da Praia Grande, estão com paredes rachadas ou reboco comprometido; telhado ou parte dele desabando; madeira do assoalho solta; sem portas ou janelas. Em alguns, as paredes já foram tomadas por plantas que crescem sem controle. Muitas das ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas (O Estado, 2016).

Em outra matéria do mesmo jornal (2018), os jornalistas discutem como o abandono dos casarões gera problemas estruturais e mencionam a presença de “usuários de drogas” como um de seus fatores de risco. Além da deterioração física, são enfatizadas ameaças à segurança, incluindo fiações elétricas expostas, assaltos e suposto vandalismo:

Os postes das ruas do Centro Histórico estão, em sua maioria, com a fiação exposta, após a retirada indevida de placas de ferro que ficam em suas bases. O perigo é ainda maior por causa das chuvas que atingem a capital, que podem causar um curto-circuito na fiação. Turistas e moradores ficam inseguros, principalmente à noite, uma vez que a maioria das luminárias não está funcionando. A ação dos vândalos também facilita os assaltos na região (O Estado, 2018).

A associação entre a condição dos casarões - vistos como patrimônio degradado - , o vazio que seria característico de um lugar desabitado, uma série de perigos e a

qualificação das pessoas da região como ‘desviantes’ forma uma cadeia derogatória que invisibiliza - ou mesmo se recusa a perceber - a presença dos moradores e dos trabalhadores da área como ocupantes dignos do patrimônio. Em razão dessa estigmatização, busco compreender como se dá a ocupação do Centro Histórico de São Luís a partir de práticas cotidianas que dialogam com a perspectiva institucional de patrimônio, mas também ajustam e atualizam os seus sentidos.

Como observa Manuela Carneiro da Cunha (2005), conservar bens materiais implica, necessariamente, preservar os processos de sua produção. Deste modo, o patrimônio não se sustenta apenas na permanência de suas formas físicas, mas na continuidade das relações sociais que o produzem e o transformam. Isso se revela nas relações de troca entre as pessoas que habitam a área, manifestando-se na criação de significados, memórias, sentimentos de pertencimento e práticas de cuidado, tanto individuais quanto coletivas. Nesse quadro, não há oposição entre a dimensão material e a imaterial, mas a configuração de disputas entre os usos atribuídos ao espaço e as decisões institucionais sobre como essa materialidade deve ser preservada.

Para compreender como parte dessas disputas se desenrola no dia a dia, tomo como base os conceitos de “usos” e “contra-usos”, propostos por Rogério Leite (2002), que permitem analisar como práticas cotidianas configuram disputas não apenas pela posse física, mas também pelo reconhecimento político e simbólico dos espaços. Apesar das diferentes formas de violência e controle impostas sobre os habitantes, através de políticas de exclusão, estigmatização social e intervenções institucionais, a apropriação diária dos espaços patrimoniais surge como criatividade e ressignificação, evidenciando como as práticas contribuem para a construção, contestação, transformação e manutenção dos significados do patrimônio.

### **Índices e práticas de ocupação do Centro Histórico**

Caminhando pelas ruas do centro antigo de São Luís e observando a estrutura arquitetônica dos casarões em arruinamento, é possível notar a relação entre passado e presente, com sinais das atividades e dos usos dados aos espaços ao longo do tempo. A paisagem é marcada por paredes que expõem barro e pedras, ferrugem nas grades de ferro, cupins comprometendo telhados e plantas crescendo sobre os tetos, evidenciando a ação constante da natureza sobre a materialidade (Ingold, 2012). Apesar do desgaste físico das casas e casarões que ultrapassam os séculos, os moradores e os trabalhadores adaptam os

espaços, atribuindo novos significados aos imóveis. Assim, materiais, usos e relações estão interligados, formando um sistema dinâmico no qual as casas e seus ocupantes se moldam mutuamente (Marcellin, 1999; Carsten e Hugh-Jones, 1995).

Para demonstrar os índices de presença e as práticas de ocupação encontradas nessa região, convido o leitor e a leitora para me acompanhar em uma caminhada que fiz, com uma colega de grupo de estudos, pelo Centro. Certa vez, no início de 2024, sob uma leve chuva, seguimos para a Praça João Lisboa. Passando pelo antigo Palácio do Comércio, fechado para reforma, observamos três garotos brincando com bolinhas de gude ao lado da Igreja da Sé. Na Praça, o movimento incluía idosos nos bancos, ciclistas e turistas, vendedores em barracas, policiais em viaturas e cavalos, e animais circulando livremente. Além do complexo eclesiástico, víamos o antigo prédio dos correios, uma padaria e alguns restaurantes.

Minha colega e eu observamos, ainda, a reforma em andamento do “Palacete da Rua Formosa” que, segundo anúncio, seria o “Novo Polo Cultural e Turístico de São Luís” destinado a ser o primeiro museu de azulejos do Brasil. Trabalhadores transportavam materiais e vistoriavam a obra, uma placa na fachada indicava o financiamento de instituições públicas e privadas. Seguimos em direção à Rua da Palma e avistamos outro casarão em reforma, isolado com uma enorme chapa de alumínio. Dois homens, usando fardas azuis, trabalhavam no local. Eles estavam fazendo os acabamentos no reboco de barro das paredes e também colocando uma janela de ferro na entrada. Enquanto um deles trabalhava na parte interna, o outro estava em uma escada na calçada, perfurando a parede com um martete para colocar o peitoril da janela.

Chegando à Rua Jacinto Maia, chamou nossa atenção uma casa conhecida como “meia morada”, em razão de suas características arquitetônicas. Apesar de seu estado material bastante degradado, ela estava cuidadosamente decorada. Havia objetos coloridos na janela: bonecas, máscaras de carnaval, fitas, flores e uma pequena bandeira do Brasil. Algumas roupas estavam penduradas nas grades, como se estivessem secando ao sol, e as músicas dentro do espaço indicavam que ele estava ocupado. Na esquina, alguns cachorros dormiam nas calçadas e gatos circulavam pela região. Pessoas recolhiam latinhas e outros materiais recicláveis que estavam na rua, provavelmente para uma posterior venda.

Próximo dali ficava o casarão ocupado pela família de dona Francisca. O imóvel, desocupado há anos, tinha se tornado depósito de cadeiras e objetos estragados, antes dela pensar em fazer dele sua casa. Quando dona Francisca foi avisada, junto com outras 18

famílias, da reintegração de posse do espaço em que viviam, ela decidiu ocupar outro imóvel. Com o esposo, iniciou o processo de limpeza, a retirada de resíduos e a nova pintura das paredes. Juntos, eles restabeleceram os serviços de energia elétrica (os cabos tinham sido roubados) e de água. Depois disso, sua atenção ao imóvel seguiu com a compra de novos azulejos, a colocação de papéis de parede e de fotografias dos familiares nos cômodos.

Na Rua João Vital, observamos uma casa estilo “porta e janela” com porão. A porta baixa dificultava a entrada de pessoas mais altas, mas a sala interna era ampla, evidenciando a irregularidade do terreno, comum em outros casarões da região. Na Rua da Palma, dois homens trabalhavam em uma reforma, fazendo acabamentos nos rebocos de barro. Mais adiante, um casarão espaçoso, com grades de ferro, permitia ver o terraço e o jardim, sombreado por duas grandes árvores, e cercado por plantas coloridas. Sons de flauta indicavam que o local funcionava como escola de música e capoeira. Na Travessa da Lapa, senhoras conversavam e faziam crochê, e uma jovem com um rapaz estavam sentados na calçada. Observamos uma casa com fachada amarela, onde havia uma máquina de costura e roupas na sala, indicando um ateliê. Em outro casarão, logo ao lado, havia um bar e um pequeno comércio com dezenas de garrafas de cachaça e outros produtos. Uma música de reggae ecoava do seu interior, decorado com discos e quadros de artistas internacionais.

Uma caminhada pelas ruas do Centro Histórico permite perceber a ocupação e a constante transformação do espaço. A despeito de ser patrimônio, ele não é estático, sendo ocupado, reformado, vigiado, mantido e decorado continuamente. Em contraste com os discursos de abandono e destruição, a pesquisa de campo evidenciou que as práticas sociais e econômicas – como a circulação de pessoas, o comércio informal e as redes de sociabilidade – produzem e reconfiguram ativamente o Centro Histórico. Longe de indicar decadência, essas dinâmicas revelam a persistência de formas de vida que sustentam e ressignificam o espaço urbano. Essas dinâmicas evidenciam vínculos afetivos entre pessoas, casas, objetos e animais, destacando a dimensão simbólica do patrimônio, para além das leituras restritivas focadas na degradação material. Há no Centro uma vida social intensa, sustentada por práticas de cuidado e por vínculos comunitários (Bezerra, 2023).

## Os usos e contra-usos do patrimônio

Depois de descrever índices e práticas de ocupação no Centro Histórico de São Luís, eu gostaria de demonstrar, a partir de uma situação do trabalho de campo, como a noção de patrimônio surge em momentos cotidianos. Casarões e áreas públicas, mesmo em condições de arruinamento, são apropriados e utilizados de múltiplas formas, sendo espaços de moradia, de comércio, de criação de animais ou de armazenamento de materiais de trabalho. Esses usos articulam e tencionam normas de preservação estabelecidas pelos órgãos públicos, muitas vezes focadas na dimensão estética, evidenciando processos contínuos de negociação, adaptação e, por vezes, subversão dessas regras por moradores e trabalhadores que atribuem diferentes significados ao patrimônio. Nesse cenário, a economia popular desempenha papel central na manutenção e ressignificação dos espaços.

Seu Francisco, um senhor de 74 anos, dono do bar na Praça da Faustina, estava confeccionando um balcão para o seu estabelecimento. Ou melhor, estava fiscalizando o serviço de outros homens que contratou para o trabalho. Dois homens fortes, na faixa dos quarenta anos, montavam uma estrutura de madeira com rodinhas que pudesse suportar um balcão para a venda de comidas. Seu Francisco, que então geria o casarão onde estava seu bar há 40 anos, falou que pretendia vender lanches no local durante o dia, para “chamar mais fregueses”. A ideia era vender bolo, hambúrguer, cachorro-quente, doces e pipocas. Em tom de brincadeira, um dos funcionários criticava a ideia: “*O senhor vai vender lanche, mas quem vai fazer, já que o senhor não sabe?*”. Seu Francisco, chateado, falava: “*A pior coisa é gente invejosa; gente que fica colocando olho gordo nas coisas alheias e fica tirando nossas forças antes mesmo das coisas acontecerem*”. O homem riu, sabendo que conseguiu irritar Seu Francisco, e ainda falou: “*Que horas o senhor vai vender esse lanche?*”. Ao que ele respondeu: “*Pela manhã!*”. O homem caiu na gargalhada e disse: “*Mas o senhor dorme o dia todo, o pessoal de rua, os cracudos<sup>5</sup>, ainda vão passar e levar seus produtos e o senhor nem vai ver*”. Seu Francisco levantou chateado e foi resmungando para dentro do bar.

O apoio do balcão ficou pronto e seu Francisco falou que ainda não estava do jeito que ele queria. O funcionário falou: “*Seu Francisco, está do jeito que o senhor pediu. O que mais vai inventar aqui?*”. Ele respondeu: “*Não sei... tô achando que tá feio esse*

---

<sup>5</sup> Modo popular de se referir a pessoas que usam substâncias psicoativas.

*bagulho todo na porta. Tinha que ficar mais baixo*”. Enquanto guardava as ferramentas de trabalho, o homem falou: *“Mas o senhor pediu assim, justamente para conseguir empurrar o balcão para dentro do bar, quando a vigilância passar. Se mudar, vai ficar difícil empurrar o balcão. O senhor ainda vai ser multado porque não pode ficar nada na calçada sem autorização*”. Enquanto eles discutiam sobre qual seria o melhor formato da estrutura, um homem, conhecido do seu Francisco, parou para ver o movimento e comentou que uma estrutura mais iluminada poderia atrair mais clientes. O interior do bar era escuro, tornando difícil para quem passava na rua visualizar o espaço. Algumas mesas e cadeiras de plástico empilhadas em um canto, junto às que estavam dispostas na calçada, eram os principais indicativos de que o casarão funcionava como um bar.

A esposa do seu Francisco, uma mulher de sessenta e poucos anos, chegou, entrou no casarão e pegou uma cadeira de plástico para sentar em frente à Praça. Ela observou a estrutura de madeira feita para o balcão e comentou com o funcionário do estabelecimento: *“Francisco ainda não desistiu dessa ideia? Quero ver quando a vigilância multar ele! Ele sabe que não pode fazer isso sem autorização*”. Seu Francisco saiu do bar e sua esposa perguntou: *“Francisco, você já pediu autorização para Kátia Bogéa<sup>6</sup> para fazer isso?”* . Em meio às provocações da esposa e do funcionário, seu Francisco respondeu enfurecido:

Pedir autorização para Kátia Bogéa? Ela não manda aqui! Ela tem que cuidar das coisas dela e mandar fazer banheiro público nessa área, isso sim. As vezes, meus clientes nem conseguem usar o banheiro do bar porque esse povo da rua, mendigos, lotam os banheiros. Isso ela não vê! O bar é meu e eu coloco o que eu quiser aqui, quero ver quem vai tirar! Vocês ficam colocando olho gordo nas minhas coisas e tirando as minhas forças (Diário de campo, 6 de maio de 2024).

A esposa dele, calmamente, explicou que a região era “patrimônio da humanidade”<sup>7</sup> e representava parte da história da cidade e do país, por isso não era permitido fazer modificações nos espaços sem autorização do Estado. Em suas palavras:

Francisco, o Centro Histórico de São Luís é patrimônio da humanidade. Esses casarões têm que ser preservados para mostrar para as pessoas como era a vida aqui nos séculos passados, para contar a história dos europeus e das pessoas

---

<sup>6</sup> Kátia Bogéa representa, nesse caso, a ideia de patrimônio, pois é uma autoridade local neste campo. Ela é graduada em história e especialista em historiografia brasileira. Foi presidente do Iphan entre 2016 e 2019 e, durante meu trabalho de campo, presidente da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (Fumph).

<sup>7</sup> Do ponto de vista técnico e formal, a denominação dada pela Unesco como “Patrimônio da Humanidade” se refere a bens do patrimônio imaterial. Entretanto, em São Luís, é usual se referir ao Centro Histórico deste modo.

que vieram pro Brasil e foram escravizadas para construir esta cidade. Por isso, tudo que for feito neles precisa de autorização do Iphan e do governo. Isso aqui também gera dinheiro pro governo quando o turista vem visitar, por isso tem que conservar no modelo original (Diário de campo, 6 de maio de 2024).

Seu Francisco ignorou os argumentos da esposa e continuou reclamando sobre esse “*absurdo*”, alegando que ele era o dono do bar e que tinha o direito de fazer o que quisesse no casarão. Depois de discordar da forma como ele organizava o estabelecimento, a companheira insistiu: “*Francisco, para fazer qualquer coisa aqui, é preciso autorização. Kátia Bogéa toma conta daqui, sim. Na hora que mandarem fechar seu bar, você vai ver*”. Apesar de não ser proprietário do casarão, seu Francisco cuidava do espaço desde quando foi contratado pelo dono do imóvel para ser gerente dele. Com a ausência constante do proprietário, que não mais procurou meu interlocutor, ele era visto - e se reconhecia - como tendo direito ao uso do espaço, sua fonte de renda.

Nas brincadeiras e discussões de seu Francisco, seus funcionários e sua esposa, vemos como o patrimônio é elemento presente em situações ordinárias de quem vive e trabalha no Centro Histórico. Ele surge como algo reconhecido, a ser levado em conta (para o funcionário e a esposa) e também como algo que limita algumas ações, restringindo a liberdade individual (para seu Francisco). Surge, ainda, de forma personificada, na menção à uma conhecida gestora pública que atuou em diferentes órgãos e que, na experiência narrada, aparece como fiscal das atividades. Menos do que apontar a necessidade ou não da autorização para as transformações realizadas no bar, ou mesmo perspectivas corretas do que seria patrimônio, trago essa situação empírica para mostrar como ele opera como um vetor das relações cotidianas.

### **Abandono e apropriações do patrimônio**

Em uma tarde do mês de abril de 2024, eu estava na Praia Grande, realizando uma entrevista com um vendedor ambulante, quando presenciamos uma cena inesperada em frente ao antigo prédio da Defensoria Pública do Estado. O edifício, tombado, havia sido abandonado pelo poder público após a mudança da Defensoria para outro bairro. Permaneceu fechado por anos, em deterioração, em meio ao esvaziamento de imóveis públicos na região. Dois homens tentaram entrar no prédio: um procurava algo, enquanto o outro, apoiado em uma muleta, tentou entrar pela porta principal. Ao perceberem que estava trancada, mudaram de estratégia. O homem com a muleta apoiou-se na parede para

ajudar o amigo a alcançar a janela do segundo andar. Após entrar, abriu as portas do térreo para que o outro acessasse o local. Em seguida, um terceiro homem se juntou a eles e saiu carregando uma porta da parte interna do prédio.

A área estava bastante movimentada, com pessoas caminhando e trabalhando, pois, o perímetro de localização deste imóvel é a região de maior movimentação de turistas do Centro Histórico, com lojas, restaurantes e um importante mercado público municipal. Na praça ao lado do prédio, policiais faziam ronda, mas sequer “perceberam” a situação. Os homens começaram a gritar, xingar e ameaçar as pessoas que estavam na área e que prestavam atenção aos seus movimentos. O homem de muleta saiu gritando: *“É tudo nosso! Tudo isso aqui é nosso. Nada aqui é do governo. Quero ver quem tem coragem de falar alguma coisa”*. Eles então encostaram as portas que ficam do térreo, deixaram as janelas do andar de cima abertas e saíram do local sem constrangimento.

A fala acima desafia o controle do Estado ao transitar entre as fronteiras da “legalidade” e da “ilegalidade”, como discute Vera Telles (2013), ao mostrar como esses limites são constantemente questionados e reinterpretados nas práticas sociais. A retirada da porta do casarão, realizada sem receio diante da presença policial, indica que, para eles, o ato não parece ser classificado como puramente “ilegal”. Ao se apropriar do espaço público e desafiar os agentes do Estado, os homens não apenas ignoram as normas legais sobre o casarão, mas se posicionam como verdadeiros detentores do patrimônio, o tratando como algo a ser apropriado de forma particular.

Conforme os debates nas redes sociais que acompanhei, esse episódio não foi um caso isolado, mas se inseriu em um contexto mais amplo de negligência pública e crescente interesse do setor privado pela região. A invasão e depredação do antigo casarão da Defensoria, agora em processo de reforma para abrigar uma unidade de uma rede portuguesa de hotéis, exemplifica esse processo. Ainda que o projeto do equipamento turístico já estivesse em andamento antes do incidente, a invasão acabou intensificando o discurso sobre a necessidade de “revitalização” do Centro Histórico, especialmente por meio de investimentos privados na área.

Esse processo de “revitalização” entrou em disputa com as necessidades dos trabalhadores informais da área, como os vendedores ambulantes que ocupavam as calçadas do prédio há anos, muito antes da chegada do projeto do hotel - como acompanhei no trabalho de campo. Esses trabalhadores eram vistos pelos poder público como um “obstáculo” à criação de um espaço mais “atrativo” para o turismo. Com o

aumento do interesse privado, as tentativas de deslocar esses vendedores se intensificaram, sem levar em conta o impacto dessas mudanças em suas vidas.

No mesmo período desse episódio, circularam nas redes sociais e na imprensa local vídeos que mostravam o sucateamento de outro espaço próximo, o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. O espaço, inaugurado em 1980 para atividades culturais e educacionais, foi fechado para reforma em 2021, permanecendo sem funcionamento desde então. Sem vigilância nos últimos meses, o casarão passou a ser invadido e teve parte de seu material furtado e danificado. Dias antes da repercussão do caso, ao passar em frente ao prédio durante o trabalho de campo, observei a porta principal entreaberta e, no interior escuro, alguns objetos espalhados, sem que naquele momento fosse possível identificar o que havia ocorrido. A situação só se tornou clara posteriormente, quando vídeos e imagens começaram a circular, mostrando a invasão e a destruição do espaço.

A partir do furto, a discussão passou a focar na estrutura do imóvel, vista como abandonada pelo poder público. A mobilização cresceu nas redes sociais, com a criação de uma página de denúncia e de um grupo de WhatsApp reunindo moradores, pesquisadores e trabalhadores da cultura para pressionar órgãos do patrimônio. O Ministério Público Federal abriu inquérito sobre o caso e, poucos dias depois, o prédio foi incluído no PAC Cidades Históricas<sup>8</sup>. O episódio evidencia como o abandono pode ser produzido e como as formas de relação com o patrimônio são diversas, inclusive em sua apropriação ilegal.

Ao permitir que alguns casarões do Centro Histórico se deteriorassem, o poder público criou um ambiente propício para que fossem apoderados por grupos privados, sob a justificativa de “revitalização”, com o intuito de atender aos interesses do mercado (Ahlert e Bezerra, 2024). Essa transformação não só marginalizou as práticas de economia popular, como as dos vendedores ambulantes, como também excluiu outros grupos que dependiam dos trabalhos informais para seu próprio sustento (como, por exemplo, os carregadores de bebidas). Esses serviços, essenciais para a dinâmica diária da região e para as formas de habitar o Centro, foram vistos como obstáculos para a construção de uma outra perspectiva de patrimônio, voltado ao turismo.

---

<sup>8</sup> O Novo PAC é um programa de investimentos conduzido pelo Governo Federal, com a colaboração do setor privado, estados, municípios e organizações sociais.

## **Considerações finais**

Neste artigo busquei deslocar o foco das narrativas midiáticas e institucionais de “vazio” e “degradação” do Centro Histórico de São Luís - que associavam um pretenso abandono da área a perspectivas moralizantes sobre as pessoas que por ela transitam - para as práticas cotidianas de uso, apropriação e transformação dos espaços. Nesse percurso, ao observar situações relacionadas às reformas, à ocupação e à economia popular, pude perceber que o patrimônio não é apenas contemplativo, estático e formal, mas um processo vivido, preservado e ressignificado ao longo do tempo pelas pessoas que vivem na região.

Percebi, ainda, que ainda que fachadas dos casarões não refletiam a complexidade interna desses espaços, ou seja, as condições físicas são insuficientes para compreender as dinâmicas e modos de vida presentes em cada um deles. Essa complexidade, evidenciada pelas contradições entre aparência externa e vivências internas, motivou o desenvolvimento desta pesquisa a partir de uma abordagem etnográfica. Mesmo os casarões mais deteriorados estavam ocupados, fazendo vezes de residências, ateliês, bares, pequenos comércios, escolas de música etc. A decoração, a manutenção cotidiana e os usos alternativos demonstram a adaptação e criatividade dos moradores e dos trabalhadores locais frente à materialidade dos imóveis.

Nesse cenário, habitar o patrimônio é também interagir com seus órgãos e agentes, uma vez que ele está relacionado a instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, que, por meio de normas técnicas e regulamentações, desempenham papéis nesse campo. Tais instituições não atuam apenas na conservação material, mas também influenciam narrativas e representações sociais, refletindo interesses e disputas sobre o valor financeiro e social desses espaços. As situações descritas desafiam esses órgãos e mesmo o Estado: seu Francisco entra em conflito com a ideia de que ele próprio não tem liberdade para definir o que fazer com o seu próprio bar, chamando atenção para o seu desejo individual contrário a o que seria coletivo, ou “da humanidade”. O homem que saiu com a porta do prédio da Defensoria, por sua vez, vê os recursos disponíveis no casarão sem vigilância como coletivos, por ser de todos, ninguém poderia impedi-lo de tomar para si.

Assim, os resultados explicitam os limites de modelos de preservação patrimonial que desconsideram formas de viver nesse patrimônio. Ao evidenciar as práticas cotidianas, o artigo aponta questões relacionadas à legitimidade da ocupação dos espaços,

especialmente diante de processos que tendem a excluir populações marginalizadas dessa área da cidade, em função da centralidade da estética turística e dos interesses do grande mercado. Com isso, destaca-se a necessidade de reconhecer e incorporar as práticas locais como elementos fundamentais para a gestão e preservação desse patrimônio, ou seja, para a formulação de políticas públicas e programas governamentais, já que são essas práticas que garantem sua ocupação contínua e dão vida ao Centro Histórico área da cidade.

## Referências

AHLERT, Martina; BEZERRA, Nicole Pinheiro. Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão). **Revista Antropolítica**, Niterói, v. 56, n. 2, mai./ago. 2024.

BEZERRA, Nicole Pinheiro. **“Patrimônio vivo, tombado, mas não caído”**: uma etnografia sobre casa, política e cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house**: Lévi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASARÕES históricos do Centro estão abandonados. O Estado, Imirante.com, 03 de mar. De 2016. Disponível em: [Casarões históricos do Centro estão abandonados - O EstadoMA](#) Acesso em: 29 de abr. de 2026.

CONHEÇA 23 Patrimônios da Humanidade que ficam no Brasil. **Gov.br**, 31 de jan. de 2022. Ministério do Turismo. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/conheca-23-patrimonios-da-humanidade-que-ficam-no-brasil>. Acesso em: 29 de abr. de 2026.

DEBORAH PK. **Patrimônio Mundial: São Luís – Maranhão**. WordPress, 2010. Disponível em: <https://deborahpk.wordpress.com/2010/09/23/patrimonio-mundial-sao-luiz-maranhao/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 21-34, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, 2005.

LEACH, Edmund. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun. 2002.

LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

MARCELIN, Louis. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 31–60, 1999.

MENDES, Natália dos Santos. **Ocupar o patrimônio**: uma etnografia sobre as dinâmicas de moradia no Centro Histórico de São Luís, Maranhão, 2026, 68 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), São Luís, 2026. , Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Manual do Centro Histórico**: São Luís, Patrimônio Mundial. 1ª ed. São Luís: Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, 2024.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007, p. 57-79.

SMITH, Laurajane; CARDOSO, Ana Gabriela; GONÇALVES, Helena Stringari; DA SILVA LIMA, Lucas Henrique; SOSSAI, Fernando Cesar. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. **Revista Confluências Culturais** , v. 12, n. 2 , p 122–135, 2023.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005.

TELLES, Vera. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 443-461, jul./set. 2013.

VALE ROCHA, Abigail. **Socialidade no Centro Histórico de São Luís**: formas de habitar os casarões da cidade. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2022.

VALE ROCHA, Abigail. **Transformações e usos do Patrimônio no Centro Histórico de São Luís Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

VANDALISMO causa perigo para quem frequenta o Centro Histórico de SL. O Estado, Imirante.com, de jan. de 2018. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/01/17/vandalismo-causa-perigo-para-quem-frequenta-o-centro-historico-de-sl>. Acesso em: 29 de abr. de 2026.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.